

EFD REINF SÉRIE 4000

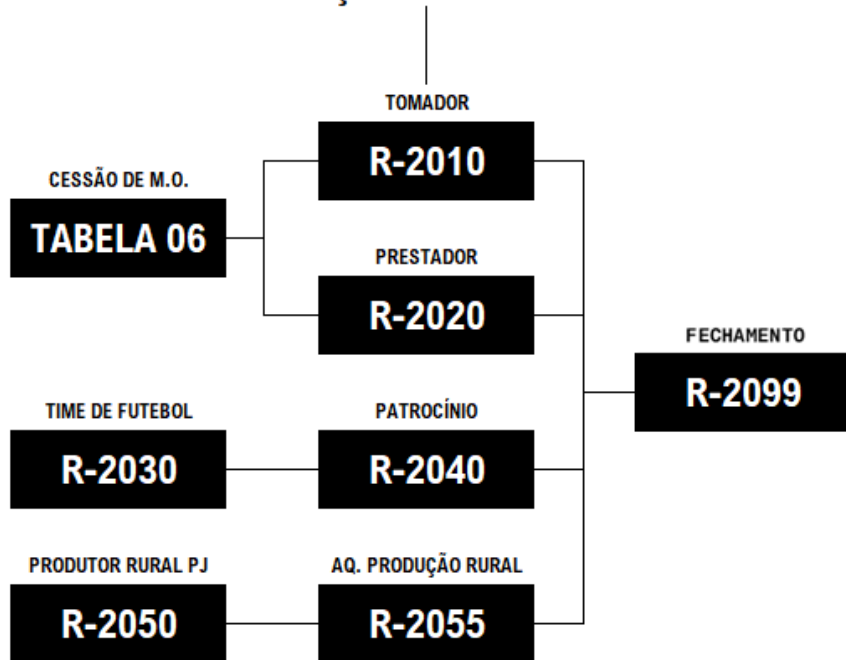


INOVAÇÃO
E PROTAGONISMO
em ação

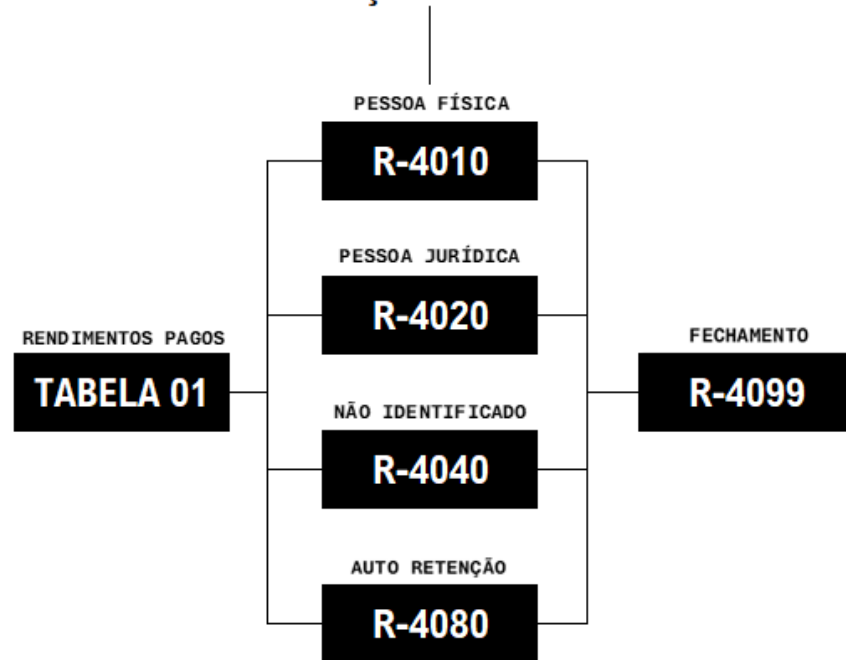
DIVISÃO

EM SÉRIES

RETENÇÃO PREVIDENCIÁRIA



RETENÇÃO FAZENDÁRIA



Conforme inciso I do Art.2º da Instrução Normativa RFB nº 1.990, as pessoas físicas e as jurídicas que pagaram ou creditaram rendimentos em relação aos quais tenha havido retenção do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (IRRF), **ainda que em um único mês** do ano-calendário, por si ou como representantes de terceiros, devem prestar a respectiva informação.

ATENÇÃO: Recomenda-se que o contribuinte **informe todos os pagamentos ou créditos** que, por sua natureza, esteja obrigado a declarar, mesmo que não haja retenção do imposto de renda ou esteja abaixo do limite mínimo anual.

GRUPO	TIPO DE RENDIMENTO PAGO	BENEFICIÁRIO	EVENTO
GRUPO 10	Rendimentos do trabalho e da previdência social	CPF	R-4010
GRUPO 11	Rendimentos decorrentes de decisão judicial (RRA)		
GRUPO 12	Rendimentos do capital (Lucros e Dividendos)		
GRUPO 13	Rendimentos de direitos (Aluguel)		
GRUPO 14	Prêmios e demais rendimentos		
GRUPO 16	Demais rendimentos de residentes ou domiciliados no exterior	CNPJ	R-4020
GRUPO 15	Rendimentos pagos/creditados a pessoa jurídica - Tomador Privado		
GRUPO 17	Rendimentos pagos/creditados EXCLUSIVAMENTE por órgão federal		
GRUPO 18	Rendimentos pagos/creditados EXCLUSIVAMENTE por órgãos dos estados, do Distrito Federal e dos municípios	?	R-4040
GRUPO 19	Pagamentos a beneficiário não identificado – Pagamento Sem Causa		
GRUPO 20	Rendimentos recebidos por pessoa jurídica – Auto Retenção	CNPJ	R-4080



Presidência da República
Secretaria-Geral
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 9.580, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

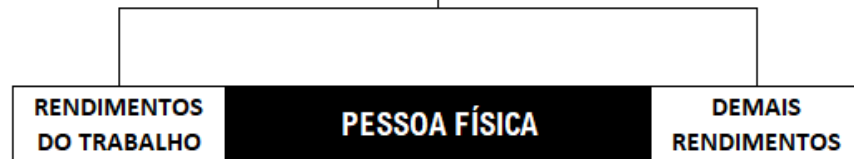
Disposições gerais

O imposto sobre a renda será retido por ocasião de cada pagamento, a fonte calculado em reais, de acordo com o disposto no art. 1º.

§ 1º O imposto de que trata este artigo será calculado sobre os rendimentos efetivamente recebidos em cada mês, observado o disposto no parágrafo único do art. 34 (Lei nº 7.713, de 1988, art. 7º, § 1º; e Lei nº 8.134, de 1990, art. 3º).

por ocasião de cada pagamento

§ 2º O imposto sobre a renda será retido por ocasião de cada pagamento e se, no mês, houver mais de um pagamento, a qualquer título, pela mesma fonte pagadora, será aplicada a alíquota correspondente à soma dos rendimentos pagos à pessoa física, ressalvado o disposto no § 1º do art. 776, deduzido o imposto anteriormente retido no próprio mês (Lei nº 7.713, de 1988, art. 7º, § 1º; e Lei nº 8.134, de 1990, art. 3º).

R-4010**R-4020****R-4040****R-4080****R-4099****RETENÇÃO**
PESSOA FÍSICA**EFD-Reinf**

EMPREGADO	0561	S-1210
AUTÔNOMO	0588	S-1210
PRO-LABORE	0561	S-1210

ALUGUEL	3208	R-4010
JSCP	5706	R-4010
PRÊMIOS	0916	R-4010
APLICAÇÃO	8053	R-4010
AUTONOMO	0588	R-4010
EMPREGADO	0561	R-4010

PAGTO POR DETERMINAÇÃO JUDICIAL**PAGTO VERBAS RETROATIVAS POR DISSÍDIO COLETIVO**



Presidência da República
Secretaria-Geral
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 9.580, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

as importâncias pagas

cento, as importâncias pagas ou creditadas por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas, civis ou mercantis, pela prestação de serviços caracterizadamente de natureza profissional ([Decreto-Lei nº 2.030, de 9 de junho de 1983, art. 2º](#); [Decreto-Lei nº 2.065, de 1983, art. 1º, caput, inciso III](#); [Lei nº 7.450, de 1985, art. 52](#); e [Lei nº 9.064, de 20 de junho de 1995, art. 1º](#)).

Serviços de limpeza, conservação, segurança, vigilância

ou creditadas

Art. 716. Ficam sujeitos à incidência do imposto sobre a renda na fonte a alíquota de um por cento as importâncias pagas ou creditadas por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas pela prestação de serviços de limpeza, conservação, segurança, vigilância e pela locação de mão de obra ([Decreto-Lei nº 2.462, de 30 de agosto de 1988, art. 3º](#); e [Lei nº 7.713, de 1988, art. 55](#)).



Presidência da República

Casa Civil

Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.833, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003.

Art. 30. Os pagamentos efetuados pelas pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas de direito privado, pela prestação de serviços de limpeza, conservação, manutenção, segurança, transporte, alimentação, hospedagem, alojamento, prestação de serviços de assessoria creditícia, consultoria, auditoria, contabilidade, informática, engenharia, arquitetura, planejamento, bem como pela remuneração de serviços de consultoria, assessoria, administração, organização, planejamento, avaliação, da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, de que trata o art. 30, será determinado mediante a aplicação,

Os pagamentos efetuados

Art. 31. O valor da CSLL, da COFINS e da contribuição para o PIS/PASEP, de que trata o art. 30, será determinado mediante a aplicação, sobre o montante a ser pago, do percentual de 4,65% (quatro inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento), correspondente à soma das alíquotas de 1% (um por cento), 3% (três por cento) e 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento), respectivamente.

§ 1º As alíquotas de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) e 3% (três por cento) aplicam-se inclusive na hipótese de a prestadora do serviço enquadrar-se no regime de não-cumulatividade na cobrança da contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS.

R-4010

R-4020

R-4040

R-4080

R-4099

RETENÇÃO

PESSOA JURÍDICA



EMISSÃO
R\$ 90.000,00

25/set

**FATO GERADOR
DO IRRF**

R-4020



EFD-Reinf

ENTREGA REINF

15/out



PAGAMENTO
R\$ 90.000,00

25/out

**FATO GERADOR
DA CSRF**

R-4020



EFD-Reinf

ENTREGA REINF

15/nov

BENEFICIÁRIO

NÃO IDENTIFICADO



Presidência da República
Secretaria-Geral
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 9.580, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

pagamento efetuado

Art. 61. O pagamento de multa ou de indenização por danos materiais, quando não for comprovada a operação ou a sua causa (Lei nº 8.981, de 1995, art. 61, **caput**).

quota de trinta e cinco por cento, todas as formas especiais (Lei nº 8.981, de 1995, art. 61, § 1º).

§ 1º A incidência de que trata o **caput** aplica-se, também, aos pagamentos efetuados ou aos recursos entregues a terceiros ou sócios, acionistas ou titulares, contabilizados ou não, quando não for comprovada a operação ou a sua causa (Lei nº 8.981, de 1995, art. 61, § 1º).

R-4010

R-4020

R-4040

R-4080

R-4099

BENEFICIÁRIO
NÃO IDENTIFICADO



RENDIMENTOS
DO TRABALHO

PESSOA FÍSICA

DEMAIS
RENDIMENTOS

BENEFICIÁRIO NÃO IDENTIFICADO



EFD-Reinf

IRRF 35%

EMPREGADO	0561	S-1210
AUTÔNOMO	0588	S-1210
PRO-LABORE	0561	S-1210

ALUGUEL	3208	R-4010
JSCP	5706	R-4010
PRÊMIOS	0916	R-4010
APLICAÇÃO	8053	R-4010

SEM CAUSA	5217	R-4040
SEM CAUSA	5217	R-4040
SEM CAUSA	5217	R-4040



Presidência da República
Secretaria-Geral
Subchefia para Assuntos Jurídicos

DECRETO Nº 9.580, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2018

as importâncias pagas

Da representação comercial ou da mediação de negócios, propaganda e publicidade

Art. 718. Ficam sujeitas à incidência do imposto sobre
creditadas por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas (L
:

ou creditadas

I - a título de comissões, corretagens ou outra remuneração
civis e comerciais; e

II - por serviços de propaganda e publicidade.

R-4010

R-4020

R-4040

R-4080

R-4099

AUTO RENTENÇÃO



PRESTADOR

TOMADOR

AGÊNCIA DE
PUBLICIDADE

COMÉRCIO

R-4080

VALOR

100.000,00

IRRF 1%
1.000,00

QUEM PAGA O DARF
DA RETENÇÃO É
PRESTADOR

AGÊNCIA DE
VIAGENS

COMÉRCIO

R-4080

VALOR

100.000,00

IRRF 1%
1.000,00

QUEM PAGA O DARF
DA RETENÇÃO É
PRESTADOR



PRESTADOR

TOMADOR

ADMINISTRADOR
A DE CARTÃO

COMÉRCIO

QUE USA MÁQUINA
DE CARTÃO

R-4080

TAXA

10.000,00

IRRF 1%
100,00

QUEM PAGA O DARF
DA RETENÇÃO É
PRESTADOR

ac
Angelo Costa



@angelocostaoficial

INOVAÇÃO
E PROTAGONISMO
em ação